

## Herança lusa na toponímia de municípios da região Norte do Brasil: perspectivas linguística e sócio-histórica

### 1. Introdução

O vocabulário veiculado pelos diferentes povos no decurso da história da humanidade revela traços de identidade que o singularizam conforme o momento histórico da língua, as características geográficas, o perfil dos falantes, os objetivos e as circunstâncias do ato de enunciação. Além de contingentes socioculturais, geográficos e políticos que afetam os falantes, as características internas dos sistemas linguísticos também determinam a diversidade lexical de uma língua. Considerando, pois, a relação entre léxico e história social das línguas, concebemos o *léxico regional* como a norma lexical veiculada por falantes pertencentes a comunidades linguísticas que habitam espaços geográficos delimitados, de pequenas ou de grandes dimensões, ou seja, o *léxico dialetal* que é constituído pelas variantes lexicais que identificam áreas demarcadas geolinguisticamente e que singularizam o vocabulário regional, e *léxico toponímico* como o universo de topônimos de uma língua circunscritos a diferentes espaços geográficos do território coberto por esse sistema linguístico, são os nomes de lugares que se configuram como signos linguísticos com características singulares, dado o seu estatuto de nome próprio. Pode reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos; nomes próprios de pessoas, de lugares, de crenças, de entidades sobrenaturais que são ressemantizadas com a finalidade de nomear um espaço geográfico mais amplo (continente, país, região administrativa, estado, cidade, grandes rios, montanhas, vales...) ou elementos geográficos menores (ilhas, córregos, vilas, povoados, bairros, ruas...). Concebidos dessa forma, *léxico regional* e *léxico toponímico* são tomados como subsistemas léxicos intrinsecamente relacionados, pois a toponímia tende a incorporar uma porção significativa do vocabulário de cunho regional utilizado por falantes pertencentes a espaços geográficos distintos (Isquerdo 2012a, 116-117). Como advoga Dick (1999, 120-121), «[...] é pela conjugação de várias condicionantes lingüísticas ou dos diversos dialetos e falares presentes em um determinado território, que se estrutura o léxico regional [...]».

Logo, os sistemas toponomásticos subjacentes à toponímia de uma área territorial representam, em primeira instância, a perpetuação do léxico representativo do momento histórico em que o elemento geográfico foi nomeado. O topônimo perpetua-se e projeta-se no tempo, adquirindo autonomia, não mais ficando à mercê do uso da unidade lexical que lhe deu origem na língua comum, gerando «uma cadeia

sintagmática em que um signo se enreda em outro, este outro em outros tantos, de modo a formar um discurso, um conjunto ou um sistema de significações [...]» (Dick, 1998, 102), o que explica a estreita relação entre causas denominativas e contingentes de natureza histórico-culturais, o que confere ao designativo de lugar também o papel de «marcador ideológico» (Dick, 1998, 102), pois entrelaçamentos entre valores culturais, ideologias, tendências econômicas e sistemas etnolinguísticos podem ser observados nos repertórios toponomásticos.

Tomando como parâmetro a estreita relação existente entre causas denominativas e contingentes de natureza histórico-culturais discutimos, neste trabalho, uma amostra da toponímia brasileira, mais especificamente a macrotoponímia (nomes de municípios) dos três Estados mais antigos da região Norte do Brasil (Amazonas, Amapá e Pará), representativos do período colonial.

A análise da amostra selecionada orientou-se por dois eixos: (1) *antropocultural*: marcas da colonização lusa na nomenclatura dos municípios pertencentes aos três Estados selecionados e consequente relação entre história social e toponímia; (2) *matriz toponímica* que subjaz aos nomes dos municípios, buscando verificar os padrões toponímicos evidenciados e respectiva distribuição diatópica do fenômeno.

Os estudos toponímicos no Brasil, segundo Isquierdo (2012b), podem ser divididos em três grandes sincronias, considerando-se as tendências gerais evidenciadas pelas pesquisas nessa área em território brasileiro ao longo dos séculos XX e XXI. A primeira compreende o período entre 1901 e 1979, em que as pesquisas centraram-se na toponímia indígena. Inserem-se nesse período os trabalhos pioneiros de Teodoro Sampaio (1901), «O Tupi na Geografia Nacional»; de Armando Levy Cardoso (1961), «A toponímia brasílica» e de Carlos Drumond (1965), «Contribuição do bororo à toponímia brasílica». Acontecem também nesse período, na Universidade de São Paulo (USP), as primeiras discussões sobre a produção do Atlas Toponímico do Brasil, à época, projetado para contemplar apenas a toponímia brasileira de base indígena.

Já a segunda sincronia compreende o período entre 1980 e 1990, quando vem a lume os resultados da pesquisa de Maria Vicentina do Amaral Dick que, sob a orientação de Carlos Drumond, realiza um amplo estudo sobre a toponímia brasileira e propõe, na sua Tese de Doutorado «A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos» (1980)<sup>1</sup>, um modelo teórico para o estudo da toponímia brasileira. É preciso registrar que o constructo teórico concebido pela pesquisadora com base em um amplo estudo da toponímia brasileira, com destaque para as três camadas étnicas formadoras da população brasileira (o branco, o índio e o negro) que se refletem no léxico da variante brasileira do português e, por extensão, na toponímia, configura-se como uma diretriz teórica inédita concebida a partir e para a toponímia do Brasil. Nas últimas décadas do século XX a toponimista brasileira passa a desenvol-

<sup>1</sup> Tese publicada em 1990, com o título «A motivação toponímica e a realidade brasileira». Para este trabalho foi consultada essa publicação.

ver, na USP, dois projetos de atlas toponímicos, o Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP), este último concebido como uma variante regional do primeiro, e continua construindo as bases teóricas para os estudos da toponímia brasileira e motivando o surgimento de outros projetos de atlas orientados pelo seu modelo teórico, o que vai caracterizar a terceira sincronia proposta por Isquerdo (2012b, 17-22), delimitada a partir de 1990, quando surgem variantes regionais do Projeto ATB<sup>2</sup> em outras regiões do Brasil, marcando um importante momento para as pesquisas toponímicas no Brasil: o Atlas Toponímico do Estado do Paraná; o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul; o Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais; o Atlas Toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins e o Projeto Atlas Toponímico do Tocantins.

Este trabalho dá continuidade aos estudos sobre a toponímia brasileira que temos realizados nas últimas décadas, em especial sobre a toponímia dos seringais do Estado do Acre e a toponímia do Estado de Mato Grosso do Sul. Orienta-se, fundamentalmente, pelo modelo teórico de Dick (1990; 1992; 1999; 2006; 2010).

## 2. Contextualização da área investigada

O Brasil abriga, de acordo com o último censo do IBGE<sup>3</sup> (2010), uma população de 190.755.799 de habitantes. Desse montante, 15.864.454 pertencem à Grande Região Norte que, por sua vez, corresponde a 45% do território brasileiro com uma densidade demográfica de 4,12 hab./km<sup>2</sup> e com 8,3% da população do Brasil. Abriga 07 Estados: Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins, os três primeiros configurando-se como o espaço geográfico selecionado para este estudo.

---

<sup>2</sup> A referência diz respeito a projetos de pesquisa institucionais, não sendo computados os muitos projetos isolados de pesquisa desenvolvidos, por exemplo, em nível de pós-graduação (Mestrado; Doutorado).

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

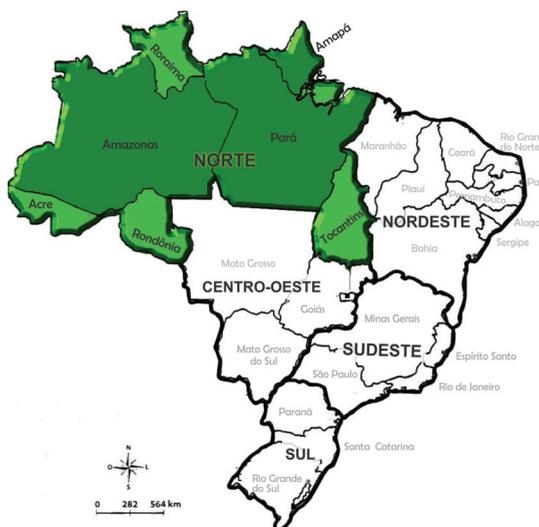


Figura 1: Localização geográfica da região Norte do Brasil com destaque para os Estados do Amazonas, Pará e Amapá<sup>4</sup>.

A preocupação luso-brasileira com o povoamento do grande vale amazônico tem início entre 1614-1615 com a finalidade de atingir a “fronteira natural a marcar os pontos extremos das coroas ibéricas, mesmo na condição de unificadas, como então ocorria” (Holanda 2008, 284). Logo, uma região já ocupada por espanhóis e anglo-holandeses exigia providências imediatas por parte da Coroa Portuguesa no sentido da fixação lusa nessa faixa de território. Assim, a partir de 1615 teve início o avanço sobre a Amazônia e, em 1616, na baía de Guajará, «numa ponta de terra, que lhe parecia apropriada, Castelo Branco iniciou a ereção de uma casa forte, que denominou de Presépio<sup>5</sup>. À terra ocupada chamou de ‘Feliz Lusitânia’». Com vistas a marcar território, Castelo Branco «mandou construir a igreja matriz e habitações permanentes, projetando um núcleo urbano que pôs sob o orago de Nossa Senhora de Belém» (Holanda 2008, 285-286)<sup>6</sup>. Segundo ainda esse mesmo historiador, possivelmente, em 1669, Francisco da Mota Falcão levantou o forte de «São José do Rio Negro<sup>7</sup>, pouco acima da foz desse rio, e raiz mais distante da atual cidade de Manaus» (p.291), cidade que se originou de um pequeno arraial formado em torno dessa fortaleza e transformou-se em uma próspera cidade que conheceu com intensidade a riqueza

<sup>4</sup> Mapa editado por Luciene Gomes Freitas Marins.

<sup>5</sup> Fundado no ponto estratégico para se estabelecer a defesa do território, esse forte recebeu vários nomes: *Forte do Castelo do Senhor Santo Cristo do Presépio de Belém*, hoje, conhecido como *Forte do Castelo* (<http://www.belemdopara.tur.br/historia.html>).

<sup>6</sup> O povoado *Feliz Lusitânia* posteriormente recebeu os nomes de *Santa Maria do Grão Pará*, *Santa Maria de Belém do Grão Pará* e, por fim, *Belém do Pará*.

<sup>7</sup> Também denominado de *Forte de São José da Barra do Rio Negro*.

e os encantos do primeiro mundo no Brasil, sendo cognominada de “metrópole da borracha”, no final do século XIX.

Outra importante fortificação construída pelos portugueses no mesmo lugar das ruínas da Fortaleza de Santo Antônio, como estratégia de defesa do território e controle das terras do norte do rio Amazonas, foi a Fortaleza de São José de Macapá, erguida na foz pela margem esquerda do rio, com início da construção em 1764 e inaugurada em 1782, mesmo ainda inacabada.

Nesse contexto de povoamento da região amazônica desempenharam grande papel as ordens religiosas que, ao operarem a serviço do Estado, «facilitavam a obra da expansão e do domínio português, congregando pacificamente os grupos silvícolas» (Holanda 2008, 292). Esse cenário muda com a administração pombalina, já que o secretário de Estado do Reino de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, realizou reformas administrativas, econômicas, sociais, educacionais que culminaram com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias (1759). Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, passa a governar o Estado do Grão-Pará e do Maranhão com sede em Belém. Tido como autoritário, «às aldeias missionárias, deu graduação de vilas e povoados, batizando-as com nomes portugueses em substituição aos indígenas» (Holanda 2008, 294-295). Na verdade, a partir de então a Amazônia vivenciou, durante dois séculos, um acelerado processo de desenvolvimento e foi estimulada a imigração portuguesa para a região, incluindo grandes contingentes de açorianos.

Esse quadro, associado ao posterior período da extração do látex da seringueira, árvore nativa da Amazônia, representou grande apogeu econômico para a região que para lá atraiu grandes levas de migrantes, sobretudo nordestinos afugentados pela seca no Nordeste. Efetivamente o povoamento ocorreu com a produção da borracha no século XIX. Na década de 50 surgem núcleos de ocupação rural no vale médio do rio Amazonas, com plantio de arroz e juta, e na Região Bragantina, próxima a Belém, com plantio de pimenta-do-reino e malva. Na década de 60, o povoamento se acelera, com a instalação da Zona Franca de Manaus. Nas décadas de 70 e 80, os projetos de mineração foram responsáveis por grandes frentes de povoamento. De forma similar, a partir do final do século XX a região Norte tem vivenciado grandes impulsos migratórios, em especial os Estados do Acre, de Roraima, de Rondônia e do Tocantins, criados nesse século.

### 3. A macrotoponímia da região Norte – Amazonas (AM), Pará (PA) e Amapá (AP)

Como já assinalado, este trabalho discute os topônimos que nomeiam os municípios dos três Estados da região Norte criados durante o Brasil Colonial: *Amazonas*, *Pará* e *Amapá*. Foi tomado como fonte o site oficial do IBGE Cidades de onde foram coletado 222 designativos de municípios – 62 no Amazonas; 144 no Pará e 16 no Amapá, assim distribuídos em termos percentuais (gráfico 1):

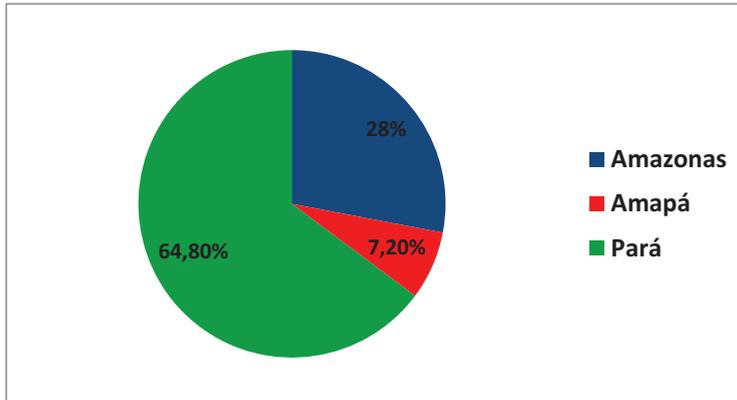


Gráfico 1: Distribuição dos topônimos dos municípios de acordo com o Estado da Federação

Observando-se os dados numa perspectiva *antropocultural*, no caso, no que diz respeito à língua de origem dos elementos formativos do topônimo, no conjunto dos três Estados, temos o seguinte quadro: 93 nomes portugueses; 85 nomes indígenas; 40 nomes híbridos (português + indígena) e 04 designativos de outras línguas. O gráfico 2 a seguir representa esses dados em termos percentuais e evidencia o equilíbrio existente entre os nomes oriundos de nomes de base portuguesa e os de origem indígena, ainda mais se considerado o fato de os 18% de designativos híbridos reunirem formantes da língua portuguesa e de línguas indígenas, fenômeno que se justifica pela maciça presença de etnias indígenas na região amazônica, que concentra a maior população indígena do Brasil<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Na região Norte do Brasil há 342.836 habitantes de etnia indígena, o que representa 38,2% do total da população indígena do Brasil (896.917) (IBGE, 2010).

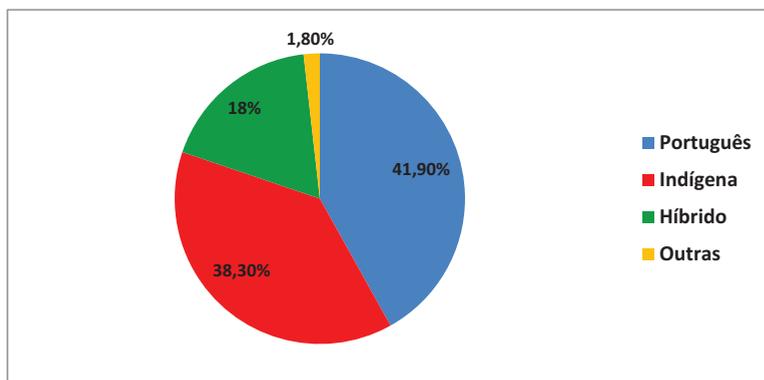


Gráfico 2: Distribuição do conjunto dos topônimos dos municípios dos Estados do Amazonas, do Pará e do Amapá, segundo a base linguística dos designativos.

Examinando-se agora a distribuição desses dados de acordo com cada Estado da Federação em estudo, temos o resultado expresso no Gráfico 3, a seguir: no Amazonas 59,7% dos nomes dos municípios têm nomes de base indígena, além dos 4,8% dos nomes híbridos que também contêm pelo menos um formante indígena.

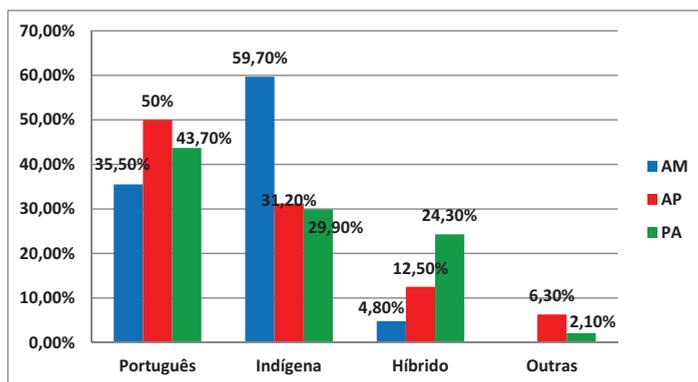


Gráfico 3: Distribuição dos topônimos dos municípios dos Estados do Amazonas, do Pará e do Amapá, de acordo com a base linguística dos designativos.

A realidade interétnica da população local é evidenciada pela toponímia à medida que os nomes de lugares traduzem o reflexo das duas camadas linguísticas que convivem na Amazônia, a portuguesa trazida pelo colonizador e a indígena da população local. A toponímia dos municípios, em especial os primeiros nomes atribuídos aos povoados em formação, demonstra que o nome indígena normalmente era associado a um português em geral de motivação religiosa, como o já atestado por Cardoso (1961), na obra *Toponímia Brasileira* (1961):

[...] os primitivos topônimos brasílicos, [...] foram substituídos, a princípio, pelos colonizadores e catequistas, por uma denominação composta, em que o topônimo brasileiro era anteposto, na generalidade, por um nome do hagiológico português, como por exemplo – Santo Antonio de Surubiú, S. Francisco de Gurupatuba, Santo Elias do Jaú, Santo Ângelo do Cumarú, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, Santa Rosa de Bararoá, São Paulo de Cambebas, Nossa Senhora do Loreto de Maçabari, S. José de Macapá, Santa Rita de Cássia de Itarandéua, Santana de Saracá, Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá, além de uma série de outros [...] (Cardoso 1961, 281-282).

Na toponímia atual dos municípios da região Norte identificam-se ainda muitos topônimos que ilustram casos similares aos citados pelo estudioso: *Santo Antônio do Içá*, *São Sebastião do Uatumã* que nomeiam municípios amazonenses; *Santo Antonio do Tauá* e *São Félix do Xingu*, designativos de municípios paraenses. Kantor (2009), ao tratar das dimensões geopolíticas da toponímia, dos meados do século XVIII, época das reformas empreendidas pelo Marques de Pombal, até o início do século XIX, período de busca de afirmação do Estado imperial pós-colonial, esclarece o seguinte:

A hagiotoponímia permitiu, ao mesmo tempo, a universalização e a particularização do empreendimento expansionista. Acidentes geográficos, aldeamentos missionários e vilas coloniais apresentam as mais diversas composições entre a onomástica sacra e as línguas indígenas nativas [...] A hibridização dos topônimos expressa as conexões entre localismo e universalismo católico na era da expansão marítima europeia (KANTOR, 2009).

Na verdade, a Reforma Pombalina teve reflexos na toponímia fixada no Brasil Colônia, já que nomes das reduções jesuíticas e nomes de povoados formados com termos indígenas foram ou substituídos por um nome de origem portuguesa ou suprimido o nome indígena, no caso dos nomes compostos:

Assim nascia, na região norte, uma área de nomes transplantados de Portugal em substituição aos nomes indígenas, sem que houvesse uma vinculação que não ideológica para o nome: há uma *Belém*, uma *Santarém*, um *Barcelos*, uma *Óbidos*... enfim, todas as cidades nortistas que remetem aos topônimos portugueses anteriormente mencionados não são fruto de uma homenagem, mas sim um verdadeiro testemunho de como o nome de lugar pode servir, juntamente com outros instrumentos, como elemento de poder ideológico – aqui, a supremacia política do dominador sobre o dominado (Antunes/Carvalhinhos, 2007).

No recorte toponímico examinado neste trabalho foram identificados diferentes casos que atestam o fenômeno apontado pelas autoras, dentre outros, o topônimo *Barcelos* que nomeia um município do Pará. A localidade teve início na aldeia dos índios Manaus onde foi instalada a *Missão de Nossa Senhora de Mariuá*, pelo Frei Matias São Boaventura, em 1728. Com a chegada do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador da Província do Grão-Pará, para cumprimento do tratado de limites entre Portugal e Espanha foi criada, em 1758, a vila que recebeu o nome de *Barcelos* uma referência à cidade lusa do mesmo nome. *Barcelos* foi capital da *Capitania de São José do Rio Negro* até 1858. Muitos outros municípios dos Estados do Pará e do Amazonas tornaram-se zonas de maior incidência de influência lusa (corotopônimos/nomes transplantados, segundo Dick, 1992), na denominação

de vilas e cidades, em especial, no Pará, como ilustram os topônimos registrados no Quadro 1, a seguir. Nota-se que há casos de nomes compostos formados com um nome transplantado e outro nome que indica o referencial geográfico, no caso, ora remete à localidade portuguesa cujo nome foi transplantado (São Caetano de Odivelas; São Paulo de Olivença), ora marca o novo espaço nomeado (Viseu do Pará). Ocorrem ainda casos de ao nome transplantado ser acrescido o determinante “novo” (Santarém Novo).

Corotopônimos portugueses	Pará	Amazonas	Amapá
Alenquer	X		
Alvarães		X	
Almeirim	X		
Aveiro	X		
Barcelos	X		
Borba		X	
Bragança	X		
Faro	X		
Lábrea	X		
Melgaço	X		
Óbidos	X		
Oeiras do Pará	X		
Olivença	X		
Ourém	X		
Portel	X		
Santarém	X	X	
São Caetano de <u>Odivelas</u>	X		
São Paulo de <u>Olivença</u>		X	
<u>Santarém</u> Novo	X		
Soure	X		
Silves		X	
<u>Viseu</u> do Pará	X		

Quadro 1: Corotopônimos portugueses na toponímia da região Norte do Brasil

Outra particularidade observada no acervo toponomástico analisado é a manutenção da tendência inaugurada no Brasil Colônia de nomear os lugares com um nome português, no caso, de santos do hagiológico romano, que encabeça o sintagma, seguido de um nome determinante de caráter locativo que aponta para o referencial geográfico. Na macrotoponímia dos Estados do Pará e do Amazonas é muito recorrente esse fenômeno, ao contrário do Amapá que não registra topônimos com essa estrutura entre os nomes dos seus municípios. O Quadro 2 traz alguns exemplos desse fenômeno:

Topônimo	Pará	Amazonas	Amapá
Santa Isabel do rio Negro		X	
Santo Antônio do Içá		X	
São Gabriel da Cachoeira		X	
São Sebastião do Uatumã		X	
São Geraldo do Araguaia	X		
São João da Ponta	X		
São João de Pirabas	X		
São João do Araguaia	X		
São Miguel do Guamá	X		
São Sebastião da Boa Vista	X		
Santa Isabel do Pará	X		

Quadro 2: Hagiotopônimos/hierotopônimos na toponímia da região Norte do Brasil

Fenômeno inverso também se manifesta, ou seja, nomes compostos por um hierotopônimo (nomes que remetem a crenças e/ou elementos sagrados) e/ou por um hagiotopônimo (nomes de santos do hagiológico do cristianismo)<sup>9</sup> e de um nome indígena e/ou de outro nome luso que perdeu o elemento sagrado. É o que observamos nos exemplos que seguem:

<sup>9</sup> Cf. Dick (1992).

1. São João Batista do Crato → Nossa Senhora das Dores de Manicoré → MANICORÉ (AM)
2. São José do rio Acará → ACARÁ (PA)
3. Nossa Senhora da Conceição do Aveiro → AVEIRO (PA)
4. Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru → MANACAPURU (AM)
5. Nossa Senhora das Graças de Codajás → CODAJÁS (AM)
6. Nossa senhora Conceição do Uruará → URUCARÁ (AM)
7. Vila de São José de Macapá → MACAPÁ (AP)
8. Santana dos Breves → BREVES (PA)
9. Vila Viçosa de Santa Cruz do Cameté → CAMETÁ (PA)

Na história dos nomes dos municípios dos Estados do Pará e do Amazonas há ainda casos de nomes compostos de cunho religioso, que foram substituídos por um novo topônimo totalmente distinto do anterior, em sua maioria de estrutura simples, como ilustram os seguintes exemplos:

1. São Domingos da Boa Vista → São Domingos do Capim → AURORA DO PARÁ (PA)
2. Nova Vila do Santo Antonio do Tocantins → BAIÃO (PA)
3. São Miguel Arcanjo → BENEVIDES (PA)
4. São João Batista → FARO (PA)
5. Freguesia de Nossa Senhora Santana → IGARAPÉ-MIRIM (PA)
6. Nossa Senhora da Vitória → MARAPANIM (PA)
7. São Felipe do Rio Juruá → EIRUNEPÉ (AM)
8. Nossa Senhora de Nazaré do Ituxi → LÁBREA (AM)
9. Santo Antonio → AFUÁ (PA)

O cotejo entre a toponímia dos municípios de cada Estado selecionado em busca de caracterização da macrotoponímia em estudo a partir da relação entre toponímia e história social da região Norte permitiu a identificação de outros fenômenos que singularizam o espaço estudado:

1. topônimos indígenas que foram substituídos por corotopônimos lusos, fato que denuncia a força do colonizador e a tentativa de marcar território com nomes portugueses: *Araticu* → OEIRAS do Pará (PA); *Aldeia de Paru* → ALMEIRIM (PA); *Surubiú* → ALENQUER (PA);
2. topônimos indígenas que cederam lugar a antropotopônimos, muitos deles uma homenagem a políticos influentes da região/localidade: *Arucará* → SENADOR JOSÉ PORFÍLIO (PA); *Cuinarana* → MAGALHÃES BARATA (PA); *Urumajó* → AUGUSTO CORRÊA (PA);
3. topônimos que denotam expectativas positivas do denominador frente o espaço nomeado: a) topônimos formados com o elemento “novo (a)”: *Nova Olinda do Norte*; *Novo Airão*; *Novo Aripuanã* (Amazonas); *Brasil Novo*, *Nova Esperança do Piriá*, *Nova IPIXUNA*; *Nova Timboateua*; *Novo Progresso* (Pará); b) animotopônimos (nomes que denotam estado emocional, segundo Dick, 1992): *Aurora do Pará*, *Canaã dos Carajás*, *Vitória do Xingu*, *Redenção*, *Eldorado dos Carajás*, *Concórdia do Pará* (Pará); *Vitória do Jari* (Amapá); *Boa Vista do Ramos* (Amazonas); c) topônimos que remetem ao mundo hispânico que foi substituído por um designativo de base indígena: *Vicente Pizón* → *Martinica* → OIAPOQUE (Amapá); d) topônimo composto de base portuguesa substituído por um

designativo indígena com o mesmo valor semântico: *Lago Vermelho* → ITUPIRANGA (do tupi, cachoeira vermelha) (Pará) e, e) topônimo lusitano que cede lugar a um nome indígena: *Alcobaça* → TUCURUI (Pará).

## Considerações finais

O estudo apresentado, ainda de caráter introdutório, considerando-se que o universo toponímico selecionado dá margem para outras abordagens, permitiu o delinear de algumas conclusões. A primeira diz respeito às particularidades identificadas nas diferentes sincronias em termos de datas de denominação. Observa-se, por exemplo, a predominância de nomes de base indígena nos topônimos que nomeiam municípios fundados entre os séculos XVII e XIX; a significativa presença de nomes lusos transplantados (corotopônimos) e/ou a perpetuação de nomes de famílias portuguesas nas designações de cidades surgidas no período colonial (séculos XVI a XVIII). Em contrapartida, ocorre maior incidência de nomes com carga semântica eufórica nos nomes de municípios fundados a partir do século XX.

A toponímia dos municípios investigados também dá mostras da influência da história social da região na nomeação e renomeação de cidades, característica que fica evidente especialmente nos nomes que denotam a influência religiosa no processo de colonização e povoamento da região Norte, como também, nos casos de renomeação de vilas e de povoados oriundos de antigas missões religiosas, em que nomes indígenas foram substituídos por designativos lusos por imposição da Coroa Portuguesa.

Para além dos fenômenos apontados ao longo do texto, ocorrem casos de topônimos que evidenciam a criatividade do denominador na criação de neologismos. É o que ocorre com topônimos como *Belterra* (PA), derivado de *bela* + *terra*; de *Barcarena* formado pela associação entre as palavras *barca* e *Arena* (nome de uma barca que fazia o transporte de pessoas na localidade); de *Baião* que a princípio pode sugerir uma referência a um estilo de música muito popular no Brasil, mas que, na verdade, é o sobrenome do dono de uma sesmaria, o português Antônio Baião; de *Presidente Figueiredo* que não se configura como uma homenagem ao Presidente da República do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, mas sim a João Figueiredo, presidente da província do Amazonas no tempo do império.

Outro dado significativo é a manutenção do grande contingente de nomes de base indígena na nomeação de municípios do Amapá, do Amazonas e do Pará (38,3%), montante esse enriquecido pela marcante presença de nomes híbridos formados com elementos de base portuguesa e de base indígena (18%), em especial em municípios criados no século XX.

Para concluir, fazemos nossas as palavras de Dick (2010, 187), que sintetizam o discutido neste trabalho:

[...] as forças centrífugas e centrípetas do conjunto denominativo não são isoladas, mas dependentes dos conjuntos de procedimentos que conformam os valores, as ações e as

reações humanas. É nesse centro de influências e condicionantes que o homem se posiciona, no ato da nomeação. De mero expectador de situações favoráveis ou adversas aos seus propósitos, torna-se, pela prática onomástica que lhe está afeta, o protagonista de um querer e de um fazer. O acerto na escolha realizada cabe à sociedade distinguir, ou não, dentro dos parâmetros linguísticos que releva como significativos.

Univ. Federal de Mato Grosso do Sul – Brasil

Aparecida Negri ISQUERDO

## Referências

- Andrade, Karylleila dos Santos, 2010. *Atlas Toponímico de origem indígena do Estado de Tocantins – ATITO*, Goiânia, Ed. da PUC de Goiás.
- Antunes, Alessandra Martins/Carvalhinhos, Patrícia de Jesus, 2007. «Toponímia brasileira. Origens históricas». *Cadernos do CNLF*, volume XI, nº 02, Livro dos minicursos, Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/12.htm>
- Cardoso, Armando Levy, 1961. *Toponímia brasileira*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editôra.
- Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral, 1990. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, São Paulo, Edições Arquivo do Estado de São Paulo.
- Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral, 1992. *Toponímia e antroponímia no Brasil*, Coletânea de estudos, 3ª ed., São Paulo, Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP.
- Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral, 1998. «Os nomes como marcadores ideológicos», *Acta Semiótica et Lingvistica*, SBPL, São Paulo, vol. 7, 97-122.
- Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral, 1999. «Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas toponímico do estado de São Paulo», *Investigações, Linguística e Teoria Literária*, UFPE, Recife, vol. 9, mar, 119-148.
- Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral, 2006. «Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)», in: Seabra, Maria Cândida T. Costa de, *O léxico em estudo*, Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 91-117.
- Dick, Maria Vicentina de Paula do Amaral, 2010. «Etnia e etnicidade. Um outro modo de nomear. Projetos ATESP/ATB», in: Isquerdo, Aparecida Negri/Finatto, Maria José Bocorny (orgs.), 2010, *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, vol. IV, Campo Grande, Editora UFMS, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 177-197.
- Drumond, Carlos, 1965. *Contribuição do bororo à toponímia brasileira*, São Paulo, USP/IEB.
- Holanda, Sérgio Buarque de (dir.), 2008. *História geral da civilização brasileira*, Tomo I, *A época colonial*, 16ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Isquerdo, Aparecida Negri, 2012a. «Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais», in: Isquerdo, Aparecida Negri/Seabra, Maria Cândida Trindade Costa de (Orgs.), *As Ciências do Léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, vol. VI, Campo Grande, Editora da UFMS, 115-139.
- Isquerdo, Aparecida Negri, 2012b. «La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique», *Cahiers de Lexicologie* (Paris), v. 101, 15-35.

Kantor, Iris, 2009. «Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)», *Anais do Museu Paulista: história da cultura material*, vol.17/2, July/Dec, São Paulo.  
 Sampaio, Teodoro, 1901. *O tupi na geografia Nacional*, 4ª ed. Salvador, Câmara Municipal.

*Sites consultados*

Biblioteca do IBGE <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>

IBGE Cidades <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>

Cidade brasileira <<http://cidadebrasileira.brasilecola.com/>>

IBGE Censo 2010 <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2194&busca=1&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274>>

Belém do Pará <<http://www.belemdopara.tur.br/historia.html>>

Sinopse Censo IBGE <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=10&uf=00>>

Presidente Figueiredo <<http://www.presidentefigueiredo.am.gov.br/pagina.php?cod=2>>

Censo 2010 e os Povos Indígenas <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/o-censo-2010-e-os-povos-indigenas>>